

Mimbó revisitado: pobreza energética em um quilombo do Piauí no relato de Clóvis Moura e em nova pesquisa após quatro décadas (1980-2023)

José Augusto Pires de Abreu* ; Rodrigo José Miranda de Brito**

Igor Fuser***

Resumo

O artigo propõe uma análise das vivências no Quilombo Mimbó, em Amarante, Piauí, registradas por Clóvis Moura em 1984, assim como as conquistas e desafios 40 anos depois da comunidade que celebrou 200 anos em 2019, para compreender o fenômeno da Pobreza Energética por meio dos Índice Multidimensional de Pobreza Energética (IMPE) e Índice Multidimensional de Pobreza (IMP). O método aplicado terá a pesquisa etnográfica como subsídio aos indicadores propostos por Alkire; Santos (2010) e Nussbaumer et al. (2012). O Quilombo Mimbó é classificado como "não pobre em energia", embora o comprometimento da renda familiar indique a presença de pobreza energética em uma análise unidimensional. Os limites de privação observados refletem a escolha da comunidade por combustíveis tradicionais para cocção, evidenciando uma inversão da transição energética.

Palavras-chave: IMP; IMPE; Quilombo; Pobreza energética.

* Doutorando em Energia pela Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, Brasil. Tecnólogo em Construção Civil na Universidade Federal do ABC. End. eletrônico: jose.abreu@ufabc.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5679-6229>

** Líder quilombola, pedagogo e agente de saúde no Quilombo Mimbó pela Secretaria Municipal de Saúde de Amarante. Amarante-PI, Brasil. End. Eletrônico: rodrigomimbo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6640-6115>

*** Professor do curso de Relações Internacionais e da Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, Brasil. End. Eletrônico: igor.fuser@ufabc.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0260-4062>

Mimbó revisited: energy poverty in a quilombo in Piauí in the story of Clóvis Moura and in new research after four decades (1980-2023)

Abstract

This paper proposes an analysis of the experiences in the Mimbó Quilombo, in Amarante, Piauí, recorded by Clóvis Moura in 1984, as well as the achievements and challenges 40 years after the community that celebrated 200 years in 2019, to understand the phenomenon of Energy Poverty through the Multidimensional Energy Poverty Index (MEPI) and the Multidimensional Poverty Index (MPI). The method applied will have ethnographic research as a subsidy to the indicators proposed by Alkire; Santos (2010) and Nussbaumer et al. (2012). The Quilombo Mimbó is classified as "not energy poor," although the allocation of household income indicates the presence of energy poverty in a unidimensional analysis. The observed deprivation thresholds reflect the community's choice of traditional cooking fuels, evidencing a reversal in the energy transition.

Keywords: MPI; MEPI, Quilombo; Energy poverty.

Introdução

O artigo propõe, em linhas gerais, a análise das vivências e saberes do Quilombo Mimbó registradas por Clóvis Moura assim como as suas conquistas e desafios atuais, além de compreender o fenômeno da pobreza energética por meio dos Índice Multidimensional de Pobreza Energética (IMPE) e Índice Multidimensional de Pobreza (IMP). O desenvolvimento das dimensões de pobreza energética e o acesso à energia limpa podem expor a vulnerabilidade no acesso à eletricidade dessa população.

Clóvis Moura, em artigo de 1984 publicado originalmente na *Revista D. O. Publicação Cultural da Imprensa do Estado* (Moura, 2022, p. 122-129), registrou a resistência da comunidade negra do Mimbó frente aos processos assimilativos e o avanço do capitalismo, destacando os sintomas de mudança social e tensão produzidos pelo fenômeno.

A Pesquisa Etnográfica¹, formulada pelo problema de identificação de índices multidimensionais de pobreza e pobreza energética, tem como referência os estudos de Alkire e Santos (2010) e Nussbaumer *et al.* (2012).

¹ Parecer nº 6.478.739 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do ABC (UFABC).

O Piauí é considerado um dos maiores geradores de energia renovável do Brasil, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com excepcional potencial para geração eólica, solar e hidrogênio verde (FAPEPI, 2023). O protagonismo piauiense não é o mesmo quando se verifica que tem o 23º Índice de Desenvolvimento Humano do país (0,69), sendo uma das unidades federativas mais pobres do Brasil. Com 8.411 pessoas quilombolas residentes em territórios quilombolas, possui a 5ª maior população tradicional desse povo no país, segundo Censo 2022 (IBGE, 2023).

A Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Mimbó celebrou 200 anos de resistência em 2019. Localizada entre o rio Canindé e o riacho Mimbó com sua roça de quilombo, pesca e criação de animais é composta por 128 famílias, superando 600 pessoas, sendo 98% filhos dos fundadores, instalados na Chapada Santo Antônio, área rural do município de Amarante, no estado do Piauí.

Para compreensão do termo proposto, consideramos que “a pobreza energética é definida como a ausência de ampla escolha no acesso a serviços de energia adequados, acessíveis, confiáveis, de qualidade, seguros e ambientalmente benéficos para o desenvolvimento humano e econômico (Parajuli, 2011 *apud* Adusah-Poku, 2021, p. 34)”.

A pesquisa etnográfica realizada lança mão das medidas multidimensionais de pobreza e pobreza energética, assim como análise das atitudes de eficiência energética, a fim de verificar o acesso aos serviços de energia e seus efeitos para o desenvolvimento humano e econômico da comunidade. O conjunto de dados examinados foi construído a partir de pesquisas domiciliares realizadas durante o Festival Afro Cultural do Mimbó, em novembro de 2023.

O Mimbó revisitado: de Venâncio a Idelzuíta

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), natural de Amarante, no Piauí, foi sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro. Clóvis Moura foi pioneiro ao desenvolver estudos sobre racismo, história e cultura negra no Brasil. Considerado um dos principais intelectuais negros do século XX, foi revolucionário em sua maneira de resgatar o protagonismo dos negros escravizados durante o período colonial e o império brasileiro. Moura (2022) publicou seu artigo sobre a comunidade negra do Mimbó em setembro de 1984, fruto de dois contatos que teve no Mimbó por volta de 1980.

A Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Mimbó situa-se a 163 quilômetros da capital Teresina, na área rural do município de Amarante, Piauí. Moura (2022) menciona origem não suficientemente explicada da comunidade, com características sociais e econômicas singulares, à parte das estruturas institucionalizadas, o que manteve seus moradores quase completamente isolados até 1973, sem vestígios aparentes de miscigenação.

A história do Mimbó, transmitida oralmente pelo saber e memória dos griôs², foi registrada em 2022 em documentário premiado dirigido por Chico Rasta com a participação da própria comunidade. Idelzuíta Rabelo da Paixão (70 anos), matriarca e patrimônio vivo do Estado do Piauí, relata a origem do quilombo após a fuga de três pessoas escravizadas das fazendas de Pernambuco que percorreram 680 quilômetros até chegarem ao Piauí. Durante 30 anos eles viveram escondidos numa caverna e fundaram a comunidade do Mimbó. Em 2023, com 128 famílias e aproximadamente 600 pessoas, 98% dos moradores são descendentes diretos de seus fundadores.

Clóvis Moura percebeu que, mesmo após resistência aos processos assimilativos, o Mimbó era atingido pelo avanço do capitalismo, razão de sintomas de mudança social e de tensão produzidas por esse fenômeno (Moura, 2022, p. 122). A pesquisa etnográfica produzida em novembro de 2023 durante o Festival Afro Cultural Mimbó, em sua vigésima edição, assume uma função de diagnóstico e retrato contemporâneo da comunidade que celebrou 200 anos de resistência em 2019.

Em 1973, por consequência das inundações, a comunidade migrou para as terras altas da Chapada de Santo Antônio, mantendo a roça na baixada. O deslocamento criou o sério problema de falta de água, transformado em arriscado e penoso trabalho para as mulheres descerem até a escarpa para o abastecimento de água, conduzindo na cabeça latas de 20 litros.

O espaço ocupado é dividido em baixada, ao lado esquerdo do rio, onde é feita a plantação, terras pertencentes à comunidade por escritura pública. A segunda parte, a de cima, decorre de ocupação de terras do Estado (Moura, 2022, p. 124). A luta por reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) ao quilombo mais antigo do Piauí ocorre em 2006, por meio da Portaria 15/2006 certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP). O Mimbó passou a integrar a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) em 2020.

Decorridos 200 anos, o Mimbó recebe somente em 23 de junho de 2023 o Título do Domínio Coletivo de Terras, que regulariza 2800 hectares pertencentes ao Mimbó, entregue pelo governador do estado e concedido pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI).

A economia é baseada na agricultura de subsistência, com roças individuais para cada família na baixada, sendo a plantação em regime de mutirão, com resultado da colheita individual, porém aos carentes de viveres a colheita é suprida quando insuficientes, com cobrança posterior. Nas roças do quilombo são

² A palavra griô tem origem no termo francês griot, usado para designar os mestres da tradição oral em várias culturas da África Ocidental. Esses griôs são contadores de histórias, músicos, poetas e guardiões do conhecimento ancestral, transmitindo oralmente a história, os costumes e os valores de suas comunidades.

cultivadas a abóbora, chuchu, melancia, arroz, milho, feijão, gergelim etc. Na parte alta, é cultivada a mandioca e fazem farinha, com excedente dessa produção vendida na feira de Amarante (Moura, 2022, p. 124-125).

A agricultura e a criação de animais para subsistência são mantidas com a comercialização do excedente. Também é tradicional no Mimbó o extrativismo da carnaúba, babaçu e a preparação de garrafadas. Novas atividades contribuem para a economia do quilombo, destaca-se o Projeto Mimbó Artesanato, realizado com o aproveitamento de matérias primas; a Cooperativa Quimim Afropanos, oficina de costura e venda de roupas e artigos de moda afro; Penteados Afros, a beleza pela tradicional trança raiz; além de trabalhos formais externos à comunidade, como professores e pedagogos.

A comunidade vista por Clóvis Moura, composta de cerca de 300 pessoas, residentes em 42 casas, em 2023, quando da realização da pesquisa, supera 600 quilombolas em 128 residências. “Dispersas em arruamento principal, sem nenhuma disciplina urbanística maior; casas de pau-a-pique, a tradicional taipa, cobertas de palha e chão batido. Todas construídas em sistema de mutirão e cada família vive na sua, de maneira independente (Moura, 2022, p.125)”.

O arruamento principal atualmente é pavimentado e iluminado por rede elétrica. A arquitetura quilombola ainda compõe casas de pau-a-pique, varandas e tendas com coberturas de palha de carnaúba. Porém, as novas edificações já são construídas em alvenaria com revestimento erguida com tijolos de barro ou blocos cerâmicos, e as coberturas são de telhas de cerâmica.

Segundo Clóvis Moura havia um clube construído para receber os visitantes durante festas religiosas. Havia também dois terreiros onde vão tocar tambor. “Um campo de futebol muito rústico completa o conjunto (Moura, 2022, p. 125)”. Em 2023 há somente um terreiro, e, além do clube, a unidade escolar hospeda alunos e professores de escolas do Piauí e Maranhão que visitam o quilombo para conhecer sua história e pontos históricos como o mirante e a caverna que serviu de abrigo aos fundadores do Mimbó.

As manifestações culturais do Mimbó têm a participação de jovens e adultos. A principal tradição é o Pagode do Mimbó, representado pelo pagode mirim e pagode adulto, dança conduzida pela batida de tambores de tronco escavado acompanhado pelos gafanhotos, instrumento musical semelhante à castanholinha. Há a tradicional corrida de cavalos Pé duro e Misto com procissão, o Tambor de Terreiro, a Capoeira de Quilombo e o Maculelê.

Casam-se muito cedo entre si. Esse costume ainda permanece, porém os jovens, sem oportunidade de emprego buscam trabalho em outras cidades e até estados para se manterem quando nasce o primeiro filho. Segundo Martha Paixão (Mimbó, 2022), há essa evasão dos jovens maridos, e as jovens mulheres ficam na “lida” e liderando a família. No Mimbó, as mulheres desempenham além dos

cuidados com a família, a liderança, participação ativa na organização da comunidade e na política, bem como a atuação profissional como professoras.

O comportamento religioso foi classificado por Clóvis Moura em dois níveis, o católico com culto à Nossa Senhora da Saúde, celebrado entre os dias 6 e 15 de agosto, e a religião afro-brasileira, chamado de macumba ou bater tambor. Perguntado sobre a relação entre a santa e o tambor, o autor destaca a frase de Venâncio: “Nenhuma. O dono do tambor é São Jorge” (Moura, 2022, p. 127). A Tenda Espírita de São Jorge Guerreiro (Ogun) é mantida pela Mãe Luiza (73 anos), filha de Ogun, na tradição de terreiro do Mimbó, a Festa dos Pretos Velhos é uma de suas manifestações.

A tensão social identificada por Moura (2022) traz o abastecimento de água como problema mais sério para a comunidade, migrados para a parte alta da chapada. Em 1983, o estado instalou um poço na parte alta do Mimbó, motivo de alegria coletiva. A tensão social surge com a possibilidade de instalação de chafariz coletivo. Com terra de boa qualidade para agricultura, surge a ameaça de invasão e a expulsão dos moradores, preparados para resistir (Moura, 2022, p. 128).

As ameaças de invasão foram uma constante para o Mimbó durante toda sua existência, que sempre resistiu e denunciou tais tentativas. O abastecimento de água por rede de distribuição atendida pelo poço artesiano é uma conquista de 1992. Cabe salientar que as casas possuem também em seus quintais cisternas para captação de água da chuva, instaladas pelo *Programa Um Milhão de Cisternas* (P1MC)³, em 2021.

Em Moura (2022), a interligação com a cidade de Amarante, onde os produtos agrícolas são vendidos e comprados ali artigos de necessidade, como fazenda, querosene e outros manufaturados é o que distingue as tendências na dinâmica interna e elementos de desagregação do espírito comunitário do Mimbó.

A atividade mercantil com Amarante fazia com que a produção de excedentes fosse cada vez mais necessária, obrigando seus moradores a um ritmo de trabalho que antes não existia. “Pelo contrário. Na cidade, os negros de Mimbó eram conhecidos pela sua pouca vontade de trabalhar” (Moura, 2022, p. 128-129). Para Moura, os velhos troncos estavam perdendo lentamente o poder, com o surgimento de nova geração desejando mudanças, reivindicando na Prefeitura de Amarante escola, luz elétrica e outros melhoramentos (Moura, 2022, p. 129). “Quanto à nova geração, nota-se franca tendência para a integração com a cidade, e muitas moças já vão se empregar como domésticas em Amarante” (Moura, 2022, p. 129).

³ O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma iniciativa da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), sua meta é construir um milhão de cisternas e descentralizar o acesso à água potável para um milhão de famílias. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em: 9 set. 2023.

A liderança contestada era refletida em articulação do poder consensual dos mais velhos, que não desejam passá-lo aos jovens. “Esses jovens questionam a eficiência dos velhos, ao mostrar como não tiveram capacidade de legalizar a posse das terras de cima, o que os jovens estão procurando fazer agora (Moura, 2022, p. 129)”. O autor destaca a liderança no Mimbó “exercida pelos troncos velhos Venâncio Rabelo da Paixão (76 anos) e seus irmãos Pedro (74?), Laurentino (76) e Francisco (78) (Moura, 2022, p. 124)”, legitimados por consenso.

Contrariando as percepções do rompimento de liderança dos velhos troncos, o Mimbó tem sua liderança atual composta por jovens sem o rompimento com os velhos. O Mimbó é liderado agora por Idelzuíta Rabelo da Paixão (70 anos), Martha Paixão (41), Roudrigo Mimbó (32) e Ramon Paixão (30), que representam a Associação Comunitária do Mimbó, presidida pela jovem liderança Martha Paixão.

Os dispositivos de racialidade elencados por Sueli Carneiro (2023) e os mecanismos que conferem desvantagens a essas populações inferiorizadas, conforme com Sílvia Almeida (2021) fazem parte do registro histórico de Clóvis Moura: “A presença maior dos negros do Mimbó em Amarante, por outro lado, desperta na população local certo constrangimento e velhos estereótipos contra o negro passam a funcionar, surgindo sintomas de preconceito racial (Moura, 2022, p. 129)”. O pensamento do autor conclui seu registro sobre o Mimbó:

A tendência, por tudo isso, é a de que Mimbó, a médio prazo, poderá ser assimilado, ou uma onda de novos habitantes poderá expulsar os negros das terras que eles não possuem legalmente, fazendo-os integrar-se como camponeses pobres no corpo das grandes propriedades da região (Moura, 2022, p. 129).

A liberdade só existe quando somos reconhecidos como gente é uma frase citada no documentário Mimbó (2022). A invisibilidade da presença negra como dispositivo de racialidade, conforme Sueli Carneiro (2023), é destacada pela narradora da obra: “Agora no Mimbó de cima, a gente veio pra ficar, mas o mundo ainda é cego pro Mimbó (Mimbó, 2022)”.

A biointeração, como estrutura orgânica social, e a confluência segundo Santos (2015), como relação de convivência, no Quilombo Mimbó, foram essenciais para a resistência da comunidade. A cosmovisão ou religiosidade e seus valores socioculturais, assim como as manifestações culturais foram elementos fundantes para a manutenção da tradição da comunidade, transmitidos pela oralidade e seu reconhecimento. Contrariando as tendências notadas por Clóvis Moura, o Mimbó não foi assimilado e os negros não foram expulsos. O Quilombo Mimbó é uma Comunidade Remanescente de Quilombo e possui o Título de Domínio Coletivo de Terras.

Índice Multidimensional de Pobreza (IMP)

A Pobreza Multidimensional, estabelecida pelo Índice Multidimensional de Pobreza (IMP), é utilizada para avaliar famílias que passam por múltiplas privações. As dimensões e seus indicadores adotados por Alkire e Santos (2010) são selecionados para refletir o requisito mínimo necessário para uma vida básica.

Inicialmente as dimensões foram baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente essas dimensões também estão ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com apelo global da organização à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2024).

Os índices multidimensionais propostos nesse estudo estão diretamente relacionados ao ODS 7 Energia Limpa e Acessível, das Nações Unidas. O ODS 7 visa garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos. Pode-se perceber a relação direta de tal objetivo à Pobreza Energética aqui estudada.

Os indicadores usados para construir o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) estão vinculados às privações de uma família. O IMP possui três dimensões: Educação; Saúde; Padrões de vida; com seus respectivos indicadores e pesos.

O conjunto de informações obtidas no Quilombo Mimbó foram organizadas na Tabela 1, distribuídas nas dimensões e indicadores, atribuídos os pesos que resultam no índice (IMP) com base nos estudos de Alkire e Santos (2010).

Embora definida em 3 dimensões, a Pobreza Multidimensional apresenta uma relação mais ampla de indicadores quando comparada a Pobreza Energética Multidimensional.

Tabela 1 – Pobreza Multidimensional: Quilombo Mimbó

Dimensões	Indicadores (peso)	Limites de privação	População	Índice
Educação				
	Anos de escolaridade (0,167)	Nenhum membro da família completou 5 anos de escolaridade	20%	0,0334

	Frequência escolar (0,167)	Qualquer criança em idade escolar não frequenta a escola nos anos 1-8	0%	0
Saúde				
	Mortalidade infantil (0,333)	Alguma criança morreu na família	20%	0,0666
Padrões de vida				
	Eletricidade (0,056)	A casa não tem energia elétrica	0%	0
	Água potável (0,056)	A família não tem acesso a água potável ou água limpa está a mais de 30 minutos a pé de casa (ida e volta)	0%	0
	Saneamento (0,056)	O agregado familiar não tem saneamento adequado ou se a sua casa de banho é partilhada	0%	0
	Pisos (0,056)	A casa tem chão de terra, areia ou esterco	0%	0
	Combustível de cozinha (0,056)	A família cozinha com combustíveis tradicionais, como madeira, carvão ou esterco	50%	0,0280
	Propriedade de ativos (0,056)	O domicílio não possui mais de um rádio, TV, telefone, bicicleta, motocicleta ou geladeira	100%	0,0560

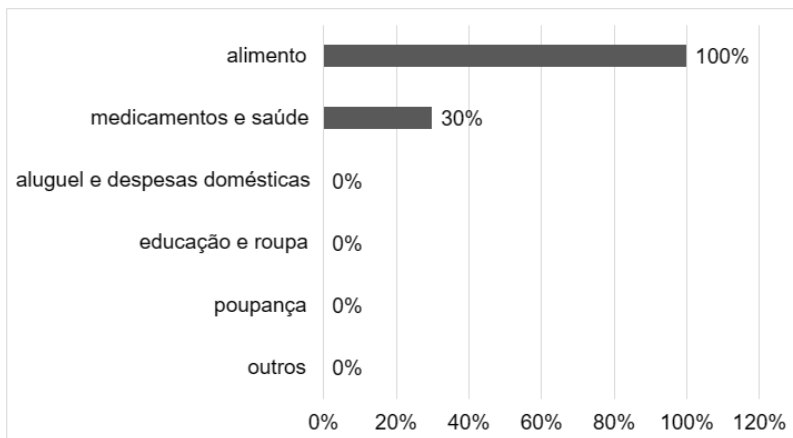
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Alkire e Santos (2010)

Com é possível observar, para a dimensão Educação, os indicadores são: anos de escolaridade, com peso 0,167; frequência escolar, peso 0,167.

A Saúde é definida pelo indicador mortalidade infantil, com peso 0,333. Padrões de vida será a dimensão com mais indicadores, sendo eles: eletricidade,

peso 0,056; água potável, peso 0,056; saneamento, peso 0,056; pisos, peso 0,056; combustível de cozinha, peso 0,056; propriedade de ativos, com peso 0,056.

Gráfico 1 – Prioridades de gastos para família



Fonte: Elaborado pelo autor

A população examinada resulta em uma pirâmide etária concentrada entre as idades de 38 a 54 anos, porém, no grupo consultado, há pessoas acima dessa faixa etária, atingindo os 70 e 83 anos. Essa faixa compreende a população com prioridade de gastos voltados à alimentação, medicamentos e saúde, conforme percebido no gráfico 1.

O Índice Multidimensional de Pobreza, demonstrado na Tabela 1, apresenta limite de privações em indicadores das 3 dimensões analisadas.

Para a dimensão Educação, o indicador anos de escolaridade apresenta o índice 0,0334, o que registra uma população de 20% dos entrevistados onde nenhum membro da família completou 5 anos de escolaridade. O resultado elencado em tal indicador se justifica pela idade avançada dos membros da família, de até 83 anos, que não tiveram oportunidade de acesso à escola. Graças à iniciativa da hoje matriarca Idelzuíta Rabelo da Paixão, primeira professora da comunidade que lecionou para as crianças quilombolas a partir de 1976, a instalação da Unidade Escolar Municipal Pedro Rabelo da Paixão só ocorreu em 1984. Em 2024, todas as crianças do quilombo frequentam a escola.

A dimensão Educação se mostrou ineficiente, pois não considera como limite de privação a família não possuir computador ou notebook, realidade para 80% dos entrevistados. Itens como *notebook* ou *tablet* tornaram-se indispensáveis no ensino em tempos de pandemia.

A Saúde, composta pelo indicador mortalidade infantil, possui o maior peso entre os índices estruturantes da Pobreza Multidimensional. Com uma população representada em 20% dos entrevistados, o índice é definido em 0,0666. A mortalidade infantil apresentada no Quilombo Mimbó não deve desconsiderar a já mencionada pirâmide etária da comunidade. Para a população examinada, o grupo de pessoas idosas com idade acima dos 54 anos, atingindo até os 83 anos, são as famílias que mencionam a ocorrência de morte de crianças.

O Mimbó possui entre os seus integrantes o agente comunitário de saúde, Roudrigo Mimbó, que é também professor, assume tal responsabilidade e, com o acesso à energia elétrica e com a chegada da internet banda larga em 2022, os indicadores de saúde são monitorados. Assim, o acesso dos quilombolas aos serviços públicos já é realidade para o Mimbó.

Padrões de vida será a dimensão com maior destaque, por sua proporcionalidade de pontuação no índice. O conjunto de informações registradas para o Mimbó possibilitam destacar cada indicador integrante dessa dimensão.

A eletricidade é um indicador sem pontuação em virtude da totalidade das residências do Quilombo Mimbó possuir acesso à energia elétrica por rede concessionária desde 1992.

Água potável também não é considerada privação na composição do índice, a comunidade é abastecida por rede de água desde 1992, sistema atendido por poço artesiano acionado por bomba com motor elétrico. Desde 2021, as casas possuem em seus quintais cisternas para captação de água da chuva, instaladas pelo *Programa Um Milhão de Cisternas* (P1MC).

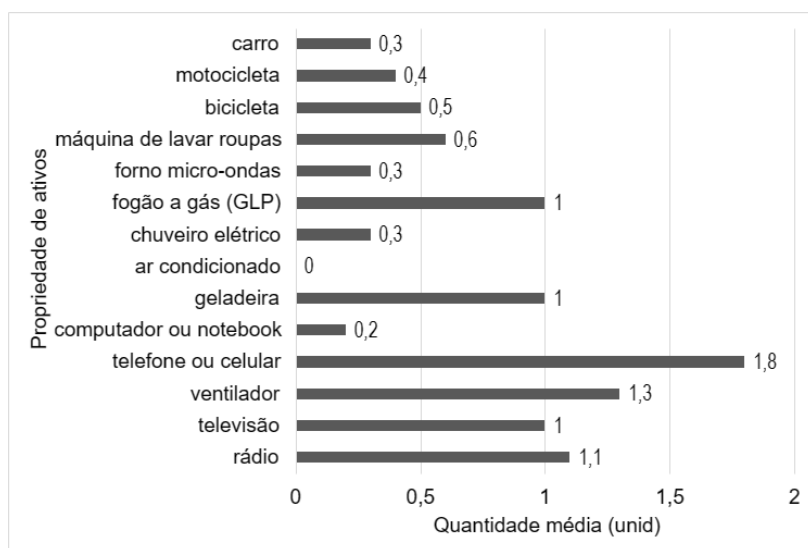
Saneamento não apresenta pontuação como indicador, todas as famílias responderam possuir banheiros individuais, não compartilhados, atendidos por fossa séptica.

Da mesma forma, pisos não pontua, pois nenhuma casa possui chão de terra, areia ou esterco. Em entrevistas, verificou-se que 50% das casas têm chão com o acabamento cimentado e 50% possuem seus pisos com acabamento em azulejos, pedras, porcelana ou outros.

Combustível de cozinha e Propriedade de ativos são os indicadores que se mostram relevantes e com maior proporção de peso na composição do IMP.

O primeiro, com índice 0,028, é composto por 50% combustíveis tradicionais como lenha e carvão vegetal, mesmo todas as casas possuindo o fogão a gás de cozinha. A escolha pelo combustível tradicional mostra-se como alternativa ao elevado custo do GLP para as famílias.

Gráfico 2 – Prioridades de ativos da família



Fonte: Elaborado pelo autor

Propriedade de ativos, com índice 0,056, contempla 100% das famílias por não possuírem mais de um rádio, televisão, telefone, bicicleta, motocicleta ou geladeira. Para subsidiar o indicador prioridade de ativos, adotou-se a relação de bens elencadas em pesquisa de Valamiel *et al.* (2022), conforme gráfico 2, que fornece uma radiografia atualizada da relação de bens das famílias. Para o indicador, considera-se que cada família não possui mais de um telefone, pois a metodologia não define a distinção entre telefone fixo e telefone celular. Portanto, adotou-se que o telefone celular é um item individual e por cada família não possuir uma quantidade média superior a 2 aparelhos por residência.

Para o indicador combustível de cozinha, a privação ocorre em 50% da população pesquisada por utilizar combustível tradicional para cozinhar. Nesse universo, 45% das famílias utilizam a lenha ou carvão vegetal por meio de fogão a lenha e 5% fogão a lenha improvisado⁴. Todas as residências possuem fogão a gás (GLP).

Propriedade de ativos é o indicador responsável por abranger 100% das famílias. O gráfico 2 demonstra a relação de ativos por famílias. Cada casa possui 1 fogão a gás (GLP), 1 geladeira, 1 rádio, 1 televisão e 1 ventilador. Para o aparelho telefone ou celular, entre 10 residências entrevistadas 2 não possuíam nenhum aparelho, 2 possuíam 1 telefone celular, 4 famílias possuíam 2 telefones celular, 2 famílias possuíam 4 telefones celular.

⁴ Grelha, tela ou chapa metálica biapioiada em blocos, tijolos ou pedras sobre uma fogueira.

Entre as famílias entrevistadas 60% das casas possuíam máquina de lavar roupas, 50% bicicleta, 40% das famílias têm motocicleta, 30% têm carro, 30% das casas têm chuveiro elétrico, somente 20% das famílias possuíam computador ou notebook, e nenhuma das casas possuía aparelho de ar-condicionado.

O método Alkire e Santos (2010) estabelece linhas de corte para o nível de pobreza calculada pela soma dos indicadores, sendo os domicílios com pontuação maior que 50% considerados “severamente pobres”, os domicílios com pontuação maior que 20% e menor que 33,3% são considerados “vulneráveis à pobreza multidimensional” e os domicílios com pontuação igual ou maior que 33,3% e menor que 50% são considerados “pobres”. Sendo assim, o Quilombo Mimbó é considerado “não pobre” pelo Índice Multidimensional de Pobreza (IMP), pois a soma dos indicadores atinge o percentual de 18,40% dos domicílios pesquisados no quilombo.

A pobreza definida pelo Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) classifica o Quilombo Mimbó como “não pobre”, apresentando uma Incidência de Pobreza para 17,50% da população quilombola.

Índice Multidimensional de Pobreza Energética (IMPE)

A Pobreza Energética Multidimensional concentra-se na privação dos serviços diários de energia doméstica. Os indicadores usados para construir o Índice Multidimensional de Pobreza Energética (IMPE) são serviços de energia corriqueiramente demandados em um domicílio. O IMPE possui cinco dimensões principais: Cocção (cozinhar); Iluminação; Serviços prestados por meio de eletrodoméstico; Educação e entretenimento; Comunicação, com seus respectivos indicadores. Destaca-se na dimensão Cocção (cozinhar) dois indicadores: tipo de combustível para cozinhar moderno e poluição interna. O domicílio ou família estará privado no indicador combustível para cozinhar moderno caso utilize combustíveis tradicionais para cozinhar, como estrume, lenha, carvão e resíduos agrícolas.

O conjunto de informações obtidas no Quilombo Mimbó foram organizadas na Tabela 2, distribuídas nas dimensões e indicadores, atribuídos os pesos resultando no índice (IMPE) com base nos estudos de Nussbaumer *et al.* (2012).

A dimensão Cocção (cozinhar) está em destaque para os indicadores combustível para cozinhar moderno, com índice 0,100, e poluição interna, com índice 0,090. A composição de tais indicadores corresponde a 45% da população que utiliza a lenha ou carvão vegetal como combustível para cozinhar por meio de fogão a lenha e 5% que utiliza o mesmo combustível para cozinhar por meio de fogão a lenha improvisado. Destacamos que, embora metade das famílias utilize o fogão a lenha para cozinhar, todas as residências dispõem de fogão a gás de cozinha (GLP).

Tabela 2 – Pobreza Energética Multidimensional: Quilombo Mimbó

Dimensão	Indicadores (peso)	Limites de privação	População	Índice
Cocção (cozinhando)				
	Combustível para cozinhar moderno (0,20)	A família usa combustíveis tradicionais para cozinhar, como lenha, carvão, querosene e assim por diante	50%	0,100
	Poluição interna (0,20)	A família cozinha a comida no fogão ou no fogo aberto	50%	0,090
Iluminação				
	Acesso à eletricidade (0,20)	A casa não tem energia elétrica	0%	0
Serviços prestados por meio de um eletrodoméstico				
	Propriedade de ativos (0,13)	A casa não possui geladeira	0%	0
Educação e entretenimento				
	Educação e entretenimento (0,13)	A família não possui rádio ou televisão	0%	0
Comunicação				
	Comunicação (0,13)	O agregado familiar não possui telefone celular ou telefone fixo	20%	0,026

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Nussbaumer *et al.* (2012)

A comunicação também é pontuada, com índice 0,026, pois 20% dos entrevistados não possuem telefone fixo ou celular. Cabe destacar que para as residências em tal situação há uma relação direta com a idade avançada dos moradores, assim como dificuldade em interagir com o aparelho. No Mimbó, desde 2022 a comunidade é atendida pelo Projeto *Mimbó Conectado*, com serviço de internet banda larga gratuito, fornecido pelo governo estadual.

Para a Pobreza Energética, o estudo identifica limites de privação em duas dimensões, sendo elas: Cocção (cozinhando) e Comunicação.

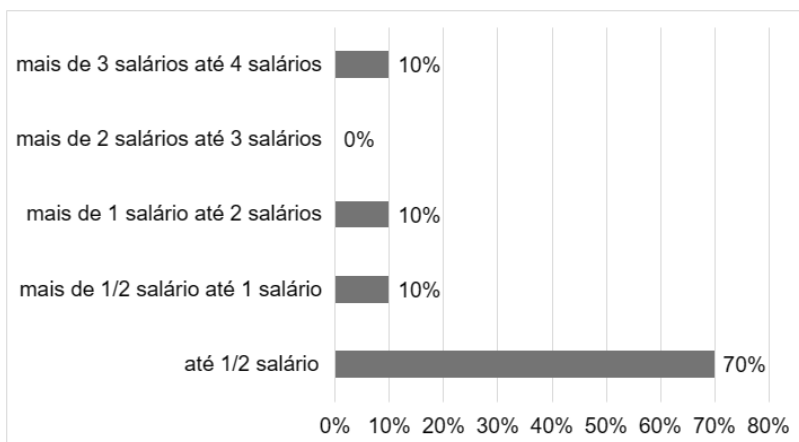
A posse média (arredondada) de eletrodomésticos por família é de 1 geladeira, 1 televisão, 1 ventilador e 6 lâmpadas, sendo que 50% das famílias já perderam eletrodoméstico por falha na rede elétrica. Somente 10% dos entrevistados sabiam o que é Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), porém 30% das famílias confirmaram possuir equipamentos com a etiqueta ENCE.

Questionados em relação às ações para economizar na conta de luz, a totalidade dos entrevistados demonstram atitudes como apagar as luzes ao sair do ambiente, manter televisão e ventiladores desligados quando não estão utilizando, preferências por lâmpadas LED, esfriar os alimentos antes de guardá-los na geladeira etc. No entanto, é considerável o desconhecimento sobre a eficiência energética dos eletrodomésticos, evidente ao fato de 100% da amostra não sabe o que significa a ENCE e somente 30% confirmaram que seus eletrodomésticos possuem tal etiqueta.

As dimensões Iluminação, Serviços prestados por meio de eletrodomésticos, Educação e entretenimento, não pontuam, pois, todas as residências têm acesso à eletricidade e possuem ao menos 1 geladeira, 1 televisão ou rádio.

Embora todas as residências possuam fogão com gás de cozinha, a preferência ao fogão a lenha ou até fogão improvisado é motivada pelo elevado preço do botijão de gás e o que esse valor representa na renda da família. A seguir, a renda média familiar mensal:

Gráfico 3 – Renda média familiar mensal

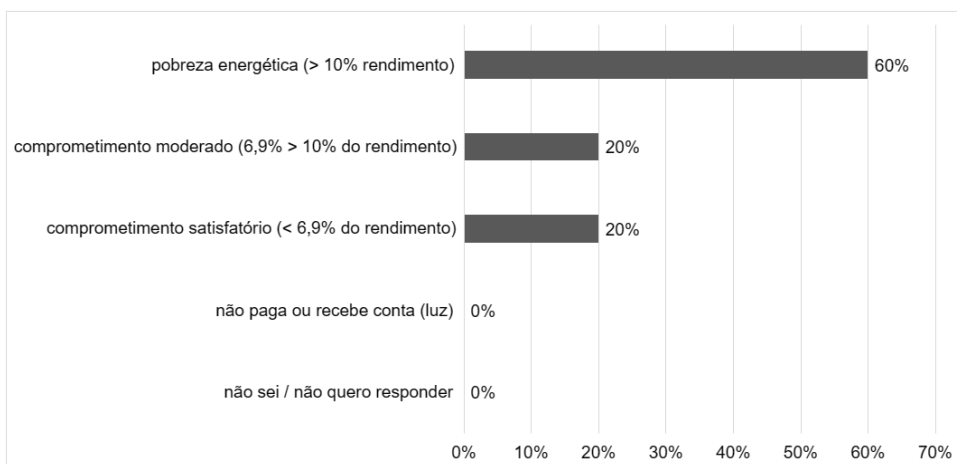


Fonte: Elaborado pelo autor

A renda familiar mensal tem como destaque em sua composição o *Programa Bolsa Família* e a *Aposentadoria Rural*. Sendo a agricultura de subsistência a principal economia do quilombola, a renda será comprometida de forma relevante com os gastos na conta de luz.

O Mimbó é atendido com fornecimento de energia elétrica por concessionária desde 1992, todas as residências possuem medidor e recebem mensalmente a fatura de consumo. Abaixo se encontra o gráfico que representa o comprometimento da renda familiar com a conta de luz, conforme dados obtidos na pesquisa:

Gráfico 4 – Comprometimento da renda familiar com a conta de luz



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Valamiel *et al.* (2022)

A pesquisa realizada incluiu em seu escopo a dimensão Transporte, não prevista na metodologia Nussbaumer *et al.* (2012), por meio de uma questão sobre a posse de carro, motocicleta e bicicleta, itens essenciais para a mobilidade, atividades produtivas e participação política. O transporte apresentou-se como uma privação para a comunidade e deve ser considerado em futuras composições de indicadores.

No Mimbó, assim como em outras comunidades remanescentes de quilombo do Piauí, a rede de água que abastece as residências quilombolas tem seu reservatório abastecido por poço artesiano com bombeamento acionado pelo motor elétrico. Assim sendo, a interrupção no fornecimento de energia elétrica por período prolongado afeta o abastecimento de água da comunidade inteira.

A frequência na falta de luz em casa foi relatada como distribuição esperada para 50% das residências, para 40% a interrupção é inferior a 1 hora, e 10% declararam ficar por mais de um dia com falta de luz. Com esse período de

interrupção no fornecimento de energia, auxiliado pelo fato das famílias possuírem em seus quintais uma cisterna instalada pelo *Programa 1 Milhão de Cisternas*, para o Mimbó o abastecimento de água não está comprometido pela falta de luz.

Em estudo realizado em 15 comunidades do Rio de Janeiro, Valamiel *et al.* (2022) pesquisou e monitorou a Justiça Energética e Hídrica nas Favelas, considerando grupo raça/cor nas entrevistas. O autor identifica em contexto social das favelas elementos de eficiência energética e pobreza energética, contexto em que 31,3% das famílias vivem em condições de Pobreza Energética e 74% são autodeclaradas negras. Dentre os entrevistados, 69% afirmaram que, caso a conta de luz fosse diminuída pela metade, comprariam mais alimento para suas famílias:

Observando as respostas entre os grupos de raça/cor, negros responderam em maior proporção que comprariam mais alimentos. “Comida” foi a resposta de 69% das pessoas negras que responderam a esse questionamento, enquanto essa resposta significou aproximadamente 66% das pessoas auto identificadas como brancas (Valamiel, 2022, p. 13).

O dispositivo de racialidade é também essencial quando analisada a Pobreza Energética nos quilombos. No Mimbó, com 90% da população entrevistada autodeclarada negra (80% pretos, 10% pardos, 10% preferiram não responder), a realidade demonstra que 100% dos entrevistados priorizam os gastos com alimentos e 30% alimentos, medicamentos e saúde, como demonstra o gráfico 4.

Os gastos elevados em necessidades como alimentação, medicamentos e saúde, para uma família com baixa renda deixarão poucos recursos disponíveis para se gastar com energia moderna. A economia quilombola, baseada na agricultura de subsistência com suas roças de quilombo, é traduzida na capacidade limitada de comprar tipos de energia modernos, como eletricidade e o gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha.

Para o Mimbó a Pobreza Energética, segundo comprometimento da renda conforme Valamiel *et al.* (2022), atinge 60% dos entrevistados, 20% das famílias têm comprometimento moderado e 20% comprometimento satisfatório. Sendo classificada como “pobre em energia” em uma análise unidimensional, definida pelo comprometimento da renda familiar com a conta de luz, conforme gráfico 4.

A Pobreza Energética Multidimensional, segundo a metodologia de Nussbaumer *et al.* (2012), classifica o Quilombo Mimbó como “não pobre em energia”. Os limites de privação detectados em todas as dimensões correspondem a 21,82% da população quilombola, não atingindo a linha de corte estabelecida em 0,33 (um terço) pela metodologia. No entanto, o comprometimento da renda familiar indica a presença de pobreza energética em uma análise unidimensional. Os limites de privação observados refletem a escolha da comunidade por combustíveis tradicionais para cocção, evidenciando uma inversão na transição energética.

Considerações finais

O pioneirismo de Clóvis Moura nos estudos de comunidades quilombolas e sua precisão na análise das características sociais e econômicas singulares da comunidade Mimbó destacam a relevância desse registro estruturado e histórico do sociólogo. Os elementos apontados por Moura (2022) foram essenciais para o estudo multidimensional de uma comunidade tradicional.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) demonstrado classifica o Quilombo Mimbó como “não pobre”, embora apresente limites de privação em indicadores das três dimensões analisadas. A incidência de pobreza, segundo o índice proposto, atinge 17,50% da população quilombola.

O Índice de Pobreza Energética Multidimensional (IPME) demonstrado classifica o Mimbó como “não pobre em energia”. A escolha da comunidade pelo combustível tradicional representa o limite de privação mais relevante. Observa-se, portanto, uma reversão da transição energética da comunidade ao optar pela lenha, combustível tradicional, em vez do moderno GLP, decorrente do comprometimento da renda familiar com a energia. A incidência de pobreza, segundo o IMPE, atinge 22,50% da população quilombola.

A Pobreza Energética Multidimensional não é confirmada no Quilombo Mimbó, embora seja classificada como “pobre em energia” em uma análise unidimensional, definida pelo comprometimento da renda familiar com as contas de luz. Os limites de privação detectados são definidos pelo uso de combustíveis tradicionais, seja em fogões a lenha ou fogões improvisados, com consequentes impactos da poluição interna ao cozinhar em fogo aberto. Em uma escala energética clássica, o uso de combustíveis tradicionais para cozinhar não é necessariamente classificado como exclusivo para indivíduos de baixa renda.

A pobreza não é necessariamente um bom indicador de Pobreza Energética, o que demonstra que medidas implementadas para combater a pobreza e garantir o acesso à eletricidade não eliminam a Pobreza Energética nem garantem o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para as comunidades tradicionais. Há necessidade de ampliar os indicadores multidimensionais, pois os métodos analisados negligenciam dimensões como transporte e indicadores contemporâneos para educação, como ter computadores e *notebooks*.

As políticas públicas e medidas implementadas para combater a pobreza necessitam contemplar dimensões e indicadores multidimensionais que identifiquem a Pobreza Energética. As comunidades tradicionais devem dispensar especial atenção pela particularidade de suas vivências e economia.

Referências

- ADUSAH-POKU, Frank; ADJEL-MANTEY, Kwame; KWAKWA, Paul A. *Are energy-poor households also poor? Evidence from Ghana. Poverty Public Policy*, n. 13, p. 32-58, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/pop4.301>>. Acesso em 16 jun. 2023
- ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. *Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries. Background paper for the 2010 Human Development Report. UNDP (United Nations Development Programme)*. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1815243>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivos de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO PIAUÍ (FAPEPI). Disponível em: <<https://www.fapepi.pi.gov.br/potencial-piauiense-para-producao-de-energias-renovaveis-pode-atrair-investimentos-nacionais-e-internacionais/>>. Acesso em : 04 ago. 2023.
- GOVERNO DO PIAUÍ. *Governador entrega título coletivo de terra à comunidade quilombola Mimbó: O título traz segurança jurídica à comunidade e facilita a chegada de investimentos*. Disponível em: <<https://antigo.pi.gov.br/noticias/governador-entrega-titulo-coletivo-de-terra-a-comunidade-quilombola-mimbo/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- MIMBÓ. Direção: Chico Rasta. Produtor: Alexandre Mello. Produção executiva: Alexandre Mello; Maria de Deus Campêlo. Pesquisa e Roteiro: Pádua Carvalho. Direção de fotografia: Alexandre Rufino. Consultoria de roteiro: Luis Gustavo Ferraz. Equipe de produção (apoio e local): José Williams; Marta Paixão; Rodrigo Mimbó; Ramon Paixão. Canal Futura. Fundação Roberto Marinho. 2022. Documentário (53 min). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/mimbo/t/JGRyqx8PRR/>>. Acesso em 02 nov. 2022.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a revolução negra*. São Paulo: Editora Dandara, 2022.
- NUSSBAUMER, Patrick; Bazilian, Morgan; Modi, Vijay. Measuring energy poverty: Focusing on what matters. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, n. 16, p. 231-

243, 2012. <https://www.semanticscholar.org/paper/An-Empirical-study-on-the-relationship-between-and-Nuruddeen-Ibrahim/b171e5613eeca8e7c9d2c080cf84a35198741fa1>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 19 fev. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, 2015.

VALAMIEL, Igor et al. (Org.). *Eficiência energética nas favelas*. Relatório do curso ‘Pesquisando e Monitorando a Justiça Energética e Hídrica nas Favelas’. Rio de Janeiro: Rede Favela Sustentável (RFS), Painel Unificador das Favelas (PUF), Rio On Watch, Comunidades Catalisadores (ComCat). dez. 2022. Disponível em: <<https://comcat.org/wp-content/uploads/2023/04/2023-RELATORIO-Eficiencia-Energetica-nas-Favelas.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2023.